

Servidores públicos criam grupo para debater ações de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental na Administração Pública

Com o objetivo de discutir políticas públicas de gestão sustentável e a responsabilidade socioambiental nos órgãos públicos, a assessora-chefe de Gestão Socioambiental do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Ketlin Feitosa Scartezini, o assessor-chefe de Gestão Socioambiental do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Ganem Amiden Neto, e a coordenadora de Gestão Socioambiental do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), Adriana Tostes, criaram o grupo Gestão Pública Sustentável (GPS).

Chamada Gestão Pública Sustentável (GPS), a rede virtual já tem mais de dois anos e conta com o apoio voluntário de mais de 350 servidores públicos do Judiciário, Legislativo e Executivo.

No começo a atuação era tímida, com algumas conversas pontuais apenas para trocar ideias. Mas hoje, depois de dois anos de existência, o “experimento” acabou virando uma rede de contatos com mais de 300 participantes de todo o país, que estão ali para debater os melhores caminhos sobre o tema, de forma proativa e voluntária.

O grupo aumentou e, atualmente, conta com a participação voluntária de servidores e gestores dos três Poderes, bem como de Universidades Federais, Ministério Público e estudantes de todo o país. “Agora não usamos mais o WhatsApp, mas, sim, o Telegram e o Facebook. E para somar lançaremos o site do GPS até o final deste mês”, explicou Ketlin Feitosa.



A ideia do GPS, segundo ela, é justamente formar uma rede para discutir medidas de economia sustentável dentro dos próprios órgãos, esclarecer dúvidas, trocar experiências frustradas e, principalmente, as que deram certo. “A rede conta também com servidores que ainda não tem experiência nessa área, mas que escutam o que outros vivenciaram e, a partir daí, começam a construir seu próprio modelo e ações de sustentabilidade, tendo um parâmetro”, contou Ketlin.

De acordo com a servidora, o grupo identificou que os gestores de diferentes órgãos não conversam entre si para otimizar assuntos de interesses comuns, que poderiam ser muitas vezes compartilhados. “O maior impedimento para o avanço de políticas públicas é a falta de comunicação. Cada um quer fazer o seu, cada um quer

ser melhor do que o outro e as pessoas não trocam informação. Inclusive, pedem as mesmas ferramentas, idênticas, e solicitam iguais produtos e serviços. Tudo dentro do mesmo Poder”, pontuou.

Ketlin afirma ser medida urgente desmitificar o conceito de sustentabilidade na gestão pública, que engloba o viés econômico, ambiental e social. “É notório cuidar do ambiente para manter a qualidade de vida das atuais e futuras gerações, a fim de evitar o agravamento da crise ambiental. Por isso, as ações individuais, coletivas e institucionais são importantes para tornar inadmissíveis a inércia e o retrocesso do que já foi alcançado em matéria de proteção ambiental”, avaliou.

A especialista explicou ainda que esse trabalho fomentou a criação de minirre-

des nos estados, o que pode estimular acordos de cooperação técnica, protocolos de intenções, de ações de gestão sustentável entre órgãos da própria região que resultem em economia e redução do impacto ambiental gerado pelos órgãos.

Vale ressaltar que o grupo foi formado após a edição da Resolução nº 201/2015 do CNJ, que obriga todos os tribunais do país a terem uma unidade socioambiental e implementarem Planos de Logística Sustentáveis (PLSs), que tem como objetivo principal a redução das despesas de custeio, o combate ao desperdício e o consumo consciente.

Independentemente de ter o apoio da alta administração ou não, os servidores estão se reunindo para trocar boas práticas de forma voluntária.

É por meio do grupo Gestão Pública Sustentável (GPS), que vários exemplos de sucesso estão começando a se replicar por órgãos públicos de todo o país. São compras compartilhadas por órgãos do mesmo poder, acordos de cooperação, uso sustentável de materiais, luz, água, entre outros.

Dessa forma, incentivados pelo grupo, os Tribunais Regionais Eleitorais do Maranhão e Pernambuco também avançam com ações e termos de cooperação que têm dado certo.

No Maranhão, por exemplo, foi assinado o Termo de Cooperação Técnica (Ecoliga/MA), que visa o aprimoramento da gestão socioambiental das entidades participantes e o desenvolvimento sustentável. Trata-se de uma parceria entre órgãos da Justiça do Maranhão, Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Ministério Público do Estado do Maranhão (MPE) e Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE-MA).

Na Bahia foi criada a Teia da Sustentabilidade do Poder Judiciário da Bahia, conforme Termo de Cooperação Técnica assinado em 26/07/2017, parceria da Justiça Federal, Tribunal Regional do Trabalho (TRT5), Tribunal Regional Eleitoral (TRE-BA), Tribunal de Justiça (TJ-BA) e Tribunal de Contas do Estado (TCE-BA). Os servidores interessados basta entrar em contato com a SERAMB para solicitar a inclusão.

Fonte: Correio Braziliense

Cardápio do restaurante para sexta-feira

Restaurante Pupo (JEFs e TRs): Cubos de Carne com Molho Barbecue, Xinxim de Frango, Frango Grelhado, Moqueca de Peixe, Mariscada, Lasanha de Frango com Molho Branco, Almôndega de Soja, Bauru Misto.

Funpresp-Jud oferece o curso a distância “Noções Básicas sobre o RPC”



Estão abertas até a próxima segunda-feira, dia 15, as inscrições para a primeira turma de 2018 do curso “Noções básicas sobre o Regime de Previdência Complementar (RPC) do servidor público federal”, promovido Funpresp-Jud e realizado em modalidade EaD.

O curso tem por objetivo levar o aluno a conhecer a importância da previdência complementar para a vida do servidor público como instrumento para a manutenção do poder de compra, equiparado à remuneração que percebia na atividade ou para a compensação das perdas salariais ocorridas no período da aposentadoria.

A formação é gratuita e autoinstrucional, com conteúdo distribuído em cinco módulos: Introdução ao RPC, A Previdência Complementar dos servidores públicos, Plano de Benefícios JusMP-Prev, Sistema tributário aplicável à Previdência Complementar e Normas legais e regulamentares.

As inscrições podem ser feitas no site da Funpresp-Jud, na opção “EAD – Cadastro – Criar uma conta”. Após preencher alguns dados pessoais, o aluno receberá um e-mail de boas-vindas para finalizar o cadastro e se inscrever no curso.

Fonte: Funpresp-Jud

Aniversariantes

Hoje: Luiz Quaresma de Mello Neto (NUCRE), Fernando Antônio Souza Peleteiro (Feira de Santana), Selma dos Santos Velame (1ª Vara), Danilo César Lima Barros (Guanambi), Graçieli Araujo de Souza (SEPLO) e Maria Carolina Rocha Ribeiro da Silva (Turma Recursal).

Amanhã: Jadson de Mesquita Serra (CEJUC), Marcos Vinicus Nunes de Oliveira (Irecê) e Ivã Costa Ramos (VIPAC).

Parabéns!

EXPEDIENTE: Coordenação-Geral: juíza federal Cláudia da Costa Tourinho Scarpa, diretora do Foro da Seção Judiciária da Bahia. **Redação, fotos, distribuição, diagramação, revisão e impressão:** Setor de Comunicação Social. **Encarregada:** Rita Miranda. **Apoio:** Rodrigo Sarmiento Silva dos Santos. **Estagiária de jornalismo:** Joyce Melo Matos. **Tiragem:** 25 exemplares. **Telefones:** (71) 3617-2616 e 3617-2793. **Endereço:** Av. Ulysses Guimarães, 2799 – CAB. CEP: 41213-000. **Site:** portal.trf1.jus.br/sjba **E-mail:** jfh@trf1.jus.br.